

Telma de Barros Correia

a RQUITETURA e AMBIENTE: A NOÇÃO DE ADAPTABILIDADE AO MEIO NO DISCURSO MODERNISTA

134

pós-

RESUMO

De forma recorrente, desde meados do século 20, a arquitetura moderna brasileira tem surgido na voz de historiadores de arquitetura e de arquitetos, como tendo, entre suas qualidades e particularidades fundamentais, sua adaptabilidade ao meio.

No Brasil, a preocupação com a adaptação da arquitetura às condições locais já se fazia presente no século 19 e nas primeiras décadas do século 20, quando se torna, inclusive, um dos eixos de fundamentação da arquitetura neocolonial. Vinculado ao movimento neocolonial na década de 1920 e principal ideólogo do movimento moderno no Brasil, após 1930, o arquiteto Lucio Costa lançou as bases do discurso modernista sobre a compatibilidade dessa arquitetura com as demandas de adaptação ao meio. Este texto discute a gênese e a difusão da noção de adaptabilidade da arquitetura às condições locais no Brasil, bem como a forma como essa noção se reflete na produção de arquitetos nacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura, adaptabilidade, plasticidade, elasticidade.

ARQUITECTURA Y MEDIO AMBIENTE:
LA NOCIÓN DE ADAPTABILIDAD AL
MEDIO AMBIENTE EN EL DISCURSO
MODERNISTA

RESUMEN

Desde mediados del siglo 20, la arquitectura moderna brasileña ha sido presentada con frecuencia, en la voz de historiadores de la arquitectura y de arquitectos, teniendo entre sus calidades y particularidades básicas la adaptabilidad al ambiente. En Brasil, la preocupación con la adaptación de la arquitectura a las condiciones locales ya aparecía en el siglo 19 y en las primeras décadas del siglo 20, cuando se convierte en un tema esencial de la arquitectura neocolonial. Vinculado al movimiento neocolonial en la década de 1920 e ideólogo principal del movimiento moderno en Brasil, después de 1930, el arquitecto Lucio Costa ha lanzado las bases del discurso modernista sobre la compatibilidad de esta arquitectura con las demandas de adaptación al ambiente. Este texto discute la génesis y la difusión de la noción de adaptabilidad de la arquitectura a las condiciones locales en Brasil, así como la forma como esta noción se refleja en la producción de arquitectos nacionales.

PALABRAS CLAVE

Arquitectura, adaptabilidad, plasticidad, elasticidad.

ARCHITECTURE AND THE ENVIRONMENT:
THE IDEA OF ADAPTABILITY TO THE
ENVIRONMENT IN MODERNISTIC SPEECH

ABSTRACT

Frequently since the mid-20th century, architects and historians of architecture have described Brazilian modern architecture as being adaptable to the environment. In Brazil, the concern with how well architecture fits local conditions began in the 19th and early 20th century, when this concern went as far as becoming of pivotal importance in supporting neocolonial architecture. A member of the neocolonial movement in the 1920s and the main ideologist of the modern movement in Brazil after 1930, Lucio Costa introduced the bases of the modernist ideas on the compatibility of this architecture with the demands of adapting to the environment. The current article discusses the origin and diffusion of the notion of adaptability of architecture to the local conditions in Brazil, as well as how this notion is reflected in the production of national architects.

KEY WORDS

Architecture, adaptability, plasticity, elasticity.

ARQUITETURA E CONDIÇÕES LOCAIS

Ao longo do século 20, a arquitetura moderna brasileira tem sido apresentada de forma recorrente por historiadores de arquitetura e arquitetos como tendo, entre suas qualidades e particularidades fundamentais, sua adaptabilidade ao meio. A repetição do argumento acaba por sugerir um monopólio modernista sobre essa qualidade. Entretanto, a idéia de adaptabilidade da arquitetura ao clima dos trópicos esteve longe de ser um tema do debate arquitetônico restrito ao século 20, muito menos uma preocupação específica de arquitetos modernistas.

A partir da década de 1930, sobretudo, a noção de adaptabilidade da arquitetura ao meio penetra, profundamente, no discurso dos arquitetos brasileiros e converte-se em um dos atributos arquitetônicos mais valorizados pela categoria e pela crítica de arquitetura. A força adquirida por essa noção pode ser constatada pela freqüência com que foi mobilizada na análise e avaliação de trajetórias profissionais de sucesso.

Este artigo discute a gênese e a difusão da noção de adaptabilidade da arquitetura às condições locais no Brasil, por meio de escritos de homens letrados vinculados a vários campos do conhecimento – sociologia, arquitetura, medicina, engenharia, etc. – que trataram da questão no século 19 e nas primeiras décadas do 20. Mostra como esse discurso foi absorvido e difundido entre arquitetos ligados ao estilo internacional de arquitetura moderna, bem como a forma como essa noção se reflete na produção e no discurso de alguns arquitetos nacionais.

A EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DE UMA QUESTÃO: O TEMA DA ADAPTABILIDADE DA ARQUITETURA BRASILEIRA AO MEIO (SÉCULO 19 – 1940)

Durante o século 19 e as quatro primeiras décadas do 20, a relação entre a arquitetura brasileira e as condições locais foi alvo de atenção de médicos, engenheiros, viajantes, professores e arquitetos. A adaptação da arquitetura ao clima tropical era assinalada como qualidade de algumas construções coloniais por observadores, ao mesmo tempo em que homens envolvidos com o ensino e a construção enfatizavam a promoção dessa adaptação como um tema central de nossa arquitetura. Segundo Gilberto Freyre,

“Foi talvez Debret quem primeiro fez justiça aos jesuítas portugueses que levantaram, num Brasil ainda rude e cheio de mato, edifícios urbanos nobres e até monumentais, importando para alguns, de Lisboa, materiais talhados e numerados mas, em geral, respeitando ‘judiciosamente as exigências do clima e dos materiais existentes no país’.” (FREYRE, 1997, p. 225)

Em meados do século 19, o tema da adaptabilidade da arquitetura ao meio também preocupava o diretor e professor da Academia Real de Belas Artes do Rio de Janeiro, Manuel de Araújo Porto Alegre. Entre as questões que julgava serem fundamentais para se pensar o ensino e a prática de arquitetura no país incluiu a questão sobre “*se as construções urbanas estão em harmonia com o nosso clima e vida doméstica*” (MOTTA, 1978, p. 23).

O clima quente e úmido do Recife provavelmente contribuiu para converter a questão da adequação da arquitetura ao meio em um tema constante no século 20. O engenheiro Alde Sampaio, no artigo “A casa tropical”, de 1927, sublinhava a necessidade de adaptação da habitação ao clima e definia como princípios básicos os quais, em seu entender, deveriam orientar as construções nesse sentido, a proteção contra o sol e a garantia de ventilação. A orientação do prédio, sua forma arquitetônica e os materiais empregados são aspectos os quais, para o autor, deveriam ser objeto de um tratamento específico. Condenava, nas moradias, as formas reentrantes e salientes – comuns nas casas chamadas, na época, no Brasil de “bangalôs” – por criarem uma grande superfície de exposição ao sol; postulava disporem-se, na face leste da moradia, os cômodos de maior permanência, como as salas; recomendava o uso de material mau condutor de calor nas paredes externas, bem como pé-direito alto no último andar da casa. A vegetação no entorno da moradia era recomendada como forma de proteger as paredes externas dos raios solares, porém sua disposição deveria garantir corredores de livre acesso de ar ao interior da residência. No interior da casa, a circulação do ar seria favorecida por uma disposição adequada de portas e janelas, assim como de elementos como bandeiras e óculos. Nesse esforço de adaptação da casa ao clima, recomendava que elementos da arquitetura colonial – como os terraços, balcões e cornijas salientes, por exemplo – deveriam ser recuperados pelos arquitetos (SAMPAIO, 1927, p. 31-43).

Em 1930, o médico pernambucano Aluizio Bezerra Coutinho publicou tese – apresentada ao final de curso de graduação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro –, intitulada *O problema da habitação higiênica nos países quentes em face da arquitetura viva*. O ajuste da casa ao meio ambiente é a preocupação central do autor. Citando os casos do iglu e da “casa bretã”, mostra como a tradição popular foi capaz de gerar construções “standartizadas” coerentes com o meio. No caso dos países quentes, a criação de uma casa higiênica e confortável depende, sobretudo, segundo Coutinho, do emprego de mecanismos capazes de combater o calor e a umidade (COUTINHO, 1930). Entende que “*os indígenas de vários países de clima quente sabem realizar, com materiais geralmente os mais precários, habitações que constituem abrigos bem superiores, bem mais frescos e agradáveis que as casas do tipo europeu, construídas nos mesmos locais*” (COUTINHO, 1930).

A cabana do sertanejo do Nordeste – com paredes de taipa e cobertura de palha – é descrita e analisada por Aluizio Bezerra Coutinho como um exemplo de moradia adequada ao clima e propícia ao bem-estar do morador. Para o autor, o conhecimento das qualidades de casas como essas, seria o ponto de partida para se conceber uma casa adequada, pela articulação de seus atributos de conforto, com recursos e tecnologias não-acessíveis aos moradores usuais. Assim, o autor discute as propriedades de novos materiais na criação de uma parede isolante. Mostra como o aço e o cimento armado, possibilitando a criação de estruturas

independentes, liberam as fachadas, permitindo que as aberturas se solidarizem com as demandas de conforto. Entende que a casa adequada difere bastante da casa urbana padrão da época e, para obtê-la, estudos minuciosos de seus vários elementos deveriam ser realizados. Tais estudos permitiriam fixar modelos *standards*, possíveis de serem produzidos em série (COUTINHO, 1930).

A crítica à casa urbana usual da época também surge no livro *Clima e saúde*, publicado em 1938, de autoria do professor de Higiene da Universidade do Rio de Janeiro Afrânio Peixoto. Em capítulo dedicado à análise da relação entre habitação e clima, defende que a casa deve ser adaptada ao clima e ao meio social:

“A casa, destinada a abrigo, deve ser disposta segundo o regime meteorológico do meio e os costumes dos que a devem habitar. A arquitetura (...) de todas as artes é, ou deve ser, a mais nacional, compreendidos, neste qualificativo, os sentidos de étnico e regional.” (PEIXOTO, 1938, p. 237)

O autor entende que as diferentes raças e regiões tendem a definir uma arquitetura própria, exceto no caso de “países novos”, como o nosso, no qual a não-adequação da arquitetura ao clima e ao meio é creditada à tendência para a imitação, especialmente da arquitetura européia, e à ação de indivíduos pouco capacitados:

“(...) qualquer mestre de obras imita obra feita (...). As mulheres, que nunca têm iniciativa, e gostam entretanto de fazer a casa não segundo o clima e as necessidades, mas imitando o já feito, alhures e impróprio. Também os homens, e mestres de obra, e até engenheiros, sem tento nem gosto, que de livros europeus ou de suas viagens, transportam casas estranhas para o nosso clima (...). O mais difícil é meter na cabeça do brasileiro – seja quem for ... – a idéia simples e exata: o estrangeiro, de qualquer parte, é o que não nos convém.” (PEIXOTO, 1938, p. 237, 238, 240)

A inadequação ao clima e ao meio é identificada pelo autor nas diferentes vertentes de arquitetura correntes no país, na época: eclética, neocolonial e moderna. Peixoto considera que, como arquitetura, a produção eclética do período era inferior à colonial ao imitar *“casas alemãs pesadonas, chalés suíços com tetos de escorrer neve, cúpulas cerâmicas, arrebiques mouriscos, sem fidelidade, nem aplicação ao conjunto”* (PEIXOTO, 1938, p. 238). Embora considere que a casa neocolonial *“era ao menos cômoda e não presumida”*, entende que esse estilo não passou de uma imitação anacrônica de uma arquitetura colonial de qualidade:

“Entre nós a casa de fazenda, do tipo colonial, quadrada, maciça, de um só pavimento, de telhado saliente, avarandada, realiza uma adaptação ao clima e aos hábitos da gente do campo. Trouxemo-la para a cidade, agora, por imitação anacrônica e eis as novas casas de estilo colonial, feias, tristes, pesadas (...).” (PEIXOTO, 1938, p. 239)

O “estilo internacional” de arquitetura moderna também é entendido por Afrânio Peixoto como inadequado às nossas necessidades:

“Agora estão fazendo casas ‘modernas’, de Paris ou Nova York: o vidro, para a luz, aqui onde a luz sobra... os andares superpostos, aqui onde o terreno não mingua... A conseqüência é que precisamos usar óculos

negros dentro de casa (...) ou andar de capa, chapéu de sol, sempre cá fora na rua, porque a casa é só para dormir e comer, como nos minúsculos apartamentos de nossos furacéus (...) (PEIXOTO, 1938, p. 239)

A inadequação de nossa arquitetura ao clima e ao meio também é associada a excessos, decorrentes de normas e práticas fundamentadas na higiene. O autor critica a má dosagem de luz interior decorrente do uso exagerado do vidro na arquitetura moderna ou do excesso de janelas em prédios ecléticos. O pé-direito alto – de até cinco metros ou mais – decorrente de normas baseadas em cálculos de cubagem de ar, o qual notabilizou os interiores ecléticos, também é criticado, como pouco econômico e desconfortável. Para equilibrar a luz e a ventilação nos interiores – garantindo higiene e corrigindo os excessos do clima – recomenda o uso de persianas, varandas, balcões com gelosias móveis e toldos, ao mesmo tempo em que colocava grande expectativa na difusão do uso do ar condicionado.

O tema da adaptação da casa ao meio esteve na pauta no Primeiro Congresso de Habitação, realizado em São Paulo em maio de 1931, com a fala do médico pernambucano e ex-diretor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, José Marianno Filho. Em conferência intitulada *A arquitetura mesológica*, José Marianno defende uma arquitetura “expressão do meio” a harmonizar-se com hábitos e costumes, adequada aos materiais disponíveis e capaz de defender seu interior dos rigores do clima. No caso brasileiro, o autor entende que as bases dessa arquitetura estariam na praticada nos três primeiros séculos da colonização portuguesa, na qual a composição da planta e os problemas construtivos foram tratados de acordo com as “possibilidades geográfico-sociais” locais. Para o autor, tais construtores:

“Observaram sensatamente o meio físico; reconheceram os elementos que precisavam combater; puseram em linha de combate os meios rudimentares de que podiam dispor no momento, para lhes anular os desagradáveis efeitos. À mingua de uma tradição local, fizemos apelo à experiência caldeada ao contato das civilizações orientais. Contra a ação direta do sol, se fizeram paredes espessas de pedra canjicada, tijolo, taipa, ou adobe, de acordo com os recursos regionais. Calcularam os telhados com suave inclinação, para que sobre eles deslizassem as abundantes águas pluviais. Fizeram os longos beirais cobrir de sombra o espelho das paredes; protegeram o corpo da habitação com peças de anteparo à ação do sol, como alpendres, copiares, loggias, ou pórticos. Utilizaram-se por fim da árvore, como a sua mais preciosa aliada. Dispuseram balcões, janelas e miradores rendados em adufa, à moda do Islam. Procederam, assim nos grandes, como nos pequenos detalhes do sistema, como consumados arquitetos.” (MARIANNO, 1931, p. 317)

Esse elogio à arquitetura colonial, seria retomado – basicamente nos mesmos termos – em escritos dos anos 30, de Gilberto Freyre e Lúcio Costa. Desde então, com suas paredes grossas, pés-direitos altos, beirais, alpendres e muxarabis, nossas casas coloniais têm sido sistematicamente celebradas – especialmente por arquitetos – como adequadas em termos climáticos.

Em Gilberto Freyre o elogio às qualidades de nossa arquitetura colonial insere-se em uma leitura inovadora do empreendimento colonial português, cuja

essência e sucesso são vinculados à noção de plasticidade. *Casa-grande & senzala*, publicado em 1933, define o Brasil colonial como a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência, enfatizando o sucesso dos portugueses em uma tarefa na qual outros europeus fracassaram. Para Freyre, isso significou superar uma infinidade de condições desfavoráveis ao estabelecimento de europeus em um meio totalmente estranho, com condições físicas adversas. Segundo o autor, o que permitiu vencer esses enormes obstáculos foi a “plasticidade” ou “elasticidade” que atribui ao português do século 16, o qual define como um indivíduo flutuante, de comportamento flexível, dotado de grande mobilidade e adaptabilidade tanto social como física (FREYRE, 1989).

Freyre indica como no Brasil defrontaram-se os colonizadores com um mundo desconhecido, estranho, reunindo circunstâncias imprevisíveis e inéditas, absolutamente diversas de seu país: clima quente, regime de águas irregular, oscilando entre enchentes e secas; larvas e insetos em profusão; grandes extensões de terras e uma imensa costa a serem ocupadas e defendidas; condições que não permitiam a prática de sua lavoura e culturas tradicionais. A grande qualidade dos portugueses enquanto colonizadores, para Freyre, residiu na capacidade que evidenciaram de adaptação a esse meio, amoldando-se às condições climáticas e ambientais locais. Tal capacidade se revelou em inúmeros aspectos: na mudança de hábitos alimentares e nas vestimentas; na tolerância de uniões irregulares, solidária com um aumento de nascimentos favorável ao povoamento e controle do território; na intensa miscigenação entre portugueses e nativos; na medicina, pelo aprendizado com os curandeiros indígenas; enfim, em toda uma absorção seletiva de influências das culturas indígenas e africanas, aliadas às práticas aprendidas com os árabes e no extremo Oriente (FREYRE, 1989).

A arquitetura doméstica colonial foi, para Gilberto Freyre, outra evidência dessa plasticidade. Em *Casas de residência no Brasil*, o autor aponta essa arquitetura como testemunho de um “(...) espírito de harmonia da construção com o clima, o meio e os materiais peculiares a esta parte da América (...)” (FREYRE, 1997, p. 225). Mostra como, na habitação, os portugueses usaram, em algumas situações, a cobertura de palha dos índios, dos quais também absorveram a rede; dos árabes recuperaram o hábito de sentar em tapetes e esteiras, o azulejo e as gelosias; dos asiáticos a parede grossa, o alpendre e a telha recurvada em asas de pombo (FREYRE, 1989).

“A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil – grossas paredes de taipa ou pedra e cal, cobertura de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos num máximo de proteção contra o sol e as chuvas tropicais – não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata.” (FREYRE, 1989)

Quando ligado ao movimento neocolonial, na década de 1920, Lucio Costa pesquisou e identificou qualidades na arquitetura colonial, à qual se referia, em 1929, como robusta, forte, maciça e dotada de linhas calmas e tranquilas (COSTA, 1962, 14-15).

À ADAPTAÇÃO DA ARQUITETURA AO MEIO NO DISCURSO MODERNISTA

Principal ideólogo do movimento moderno de arquitetura no Brasil, Lucio Costa lançou as bases do discurso da adaptação da arquitetura ao meio, como uma possibilidade que a arquitetura moderna, mais que qualquer outra, poderia realizar. Em textos teóricos e em projetos buscou evidenciar tal noção. Trata-se de um conceito que, provavelmente, chegou a Lucio Costa por intermédio de Gilberto Freyre e de seu mentor da fase colonial, José Mariano.

As referências elogiosas à nossa arquitetura residencial colonial na obra de Lúcio Costa remontam aos anos 20 e têm continuidades após sua conversão ao modernismo em 1930. Em 1931, no artigo “Uma escola viva de Belas-Artes”, tal arquitetura surge como pura, honesta e dotada de uma relação de integridade entre as técnicas construtivas empregadas e a expressão formal. Afirma ter se inspirado na Bahia, no Recife e em Minas, em sua opção por uma arquitetura contemporânea e coerente com nossos materiais, costumes e meios de realização (COSTA, 1987, p. 47-48).

Após 1933, ano da publicação de *Casa grande & senzala*, entretanto, esses elogios incorporariam novos argumentos inspirados em Freyre. Em *Documentação necessária*, escrito de 1937 – citando diretamente o sociólogo – à pureza e despreensão é acrescida outra qualidade à nossa arquitetura residencial colonial: ser adaptada ao meio (COSTA, 1962, p. 86-87). Simultaneamente, a palavra “elasticidade” – no sentido empregado por Freyre para “plasticidade” – é incorporada ao discurso de Costa (COSTA, 1936, p. 29 e 72).

As notórias influências do pensamento de Gilberto Freyre sobre Lúcio Costa expressam-se em diferentes aspectos, entre os quais na abordagem do arquiteto sobre a relação entre modernidade e tradição na arquitetura brasileira. Os vínculos intelectuais entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre evidenciam-se várias vezes nas obras de ambos. No prefácio da primeira edição de *Casa grande & senzala*, de 1933, Freyre cita trecho do artigo de Costa, “O Aleijadinho e a arquitetura tradicional”, de 1929, no qual este descreve suas impressões dos casarões antigos de Sabará, Ouro Preto e Mariana em termos de um reencontro consigo mesmo. Freyre recorre a essa citação ao sugerir a história da casa como um ponto de partida importante para se entender a história de um povo, de sua vida doméstica, religiosa, social, etc. Lúcio Costa, por sua vez, cita Freyre no artigo “Documentação necessária”, de 1937, ao apontar, entre as qualidades de nossa arquitetura residencial colonial, sua adaptação ao meio (COSTA, 1962, p. 87). A leitura de nossa arquitetura colonial enquanto resultado do meio ocorreria depois, em obras de autores como Mindlin, Saia e Lemos, por exemplo; entretanto, sem a ênfase na noção de adaptabilidade presente em Lucio Costa.

Embora sem fazer qualquer referência direta a Gilberto Freyre, o anteprojeto de Monlevade – concebido em 1934 pouco depois da publicação de *Casa grande & senzala* – é talvez o momento da obra de Lúcio Costa em que se revela com mais força o impacto desse livro. Sua idéia de “delineamento elástico” aproxima-se da noção de “plasticidade”, central no pensamento de Freyre. A mistura de técnicas construtivas artesanais e modernas é outra expressão dessa busca para estabelecer elos entre o novo e o tradicional, entre o local e o internacional, central nas qualidades atribuídas por Freyre ao conceito de “plasticidade”.

No anteprojeto de Monlevade – concebido por Lúcio Costa para concurso promovido pela siderúrgica belgo-mineira – três requisitos básicos foram indicados como norteadores do plano: reduzir ao mínimo os movimentos de terra, prejudicar o menos possível a beleza natural do lugar e evitar *“delineamentos rígidos ou pouco maleáveis, procurando, pelo contrário, aquele delineamento que se apresentasse como mais elástico, tornando assim fácil a sua adaptação conveniente às particularidades topográficas locais”* (COSTA, 1936, p. 115).

No plano, o “delineamento elástico” postulado por Costa expressou-se em um projeto pouco detalhado, no qual um largo central concentrava os equipamentos coletivos, enquanto as casas, dispostas duas a duas, ocupavam encostas em ruas irregulares, dotadas, conforme o autor da *“feição desprerenciosa peculiar às estradas”* (COSTA, 1936, p. 117). No projeto das moradias tal delineamento se expressou no uso de pilotis que permitia pousar a casa sobre um solo em declive, sem maiores obras de terraplenagem. Coerente com seu intuito de conciliar técnicas novas e tradicionais, esse também tributário da noção de plasticidade de Freyre, Lúcio Costa propõe reunir, nas casas, concreto armado e taipa e telhas de fibrocimento e forros de taquara. Sobre a laje apoiada nos pilotis, o arquiteto propõe paredes de taipa, referidas como adequadas pela leveza e economia e, estando isoladas do solo, por estarem livres de seu maior inconveniente, a umidade. Na escola e nas casas sugere o uso de forros de taquara, material artesanal e local, sob telhas “Eternit” – na época importadas da Bélgica – justificadas pela leveza, durabilidade e qualidades térmicas.

A noção de adaptabilidade ao meio inspiraria outros projetos modernistas desde então. Foi recuperada, em meados da década de 1950, pelos arquitetos Jacques Pilon e Gian Carlo Gasperini no projeto da indústria e de seu núcleo residencial elaborado para a fábrica Mecânica Pesada, no município de Taubaté. O projeto inclui casas para operários, técnicos, engenheiros e diretor, área para esportes, centro social e comercial, casa de hóspedes, igreja, escola, clube, residência do diretor, refeitório e ambulatório (*Habitat*, 1956, p. 6). As moradias e áreas verdes foram dispostas em torno da área de produção. Quatro tipos de moradias – todas térreas – foram projetados: uma casa para o diretor; 16 casas geminadas duas a duas para engenheiros; 32 casas dispostas em blocos de quatro para técnicos e 276 moradias dispostas em blocos de oito para operárias. As moradias dos operários – separadas das demais habitações por uma área ocupada por igreja, escola e centro comercial e social – são dispostas em blocos de oito e contam com jardim, quintal, varanda, sala, dois quartos, cozinha, sanitário e lavanderia. Em 1937, uma matéria na revista *Habitat* enfatiza a “elasticidade” e “adaptabilidade” que teriam norteado o projeto dessas moradias:

“A planta (...) possui uma elasticidade, longamente estudada a partir da célula-tipo, a qual poderá restringir-se a um só dormitório, ou desdobrar-se em habitações de três dormitórios, tudo dependendo das solicitações, das necessidades familiares que se fossem deparando. Esse aspecto de elasticidade da célula-tipo constitui um dos objetivos da organização adotada. Sua adaptabilidade fica demonstrada de uma forma inteiramente nova em conjuntos semelhantes, indo ao encontro das demandas diversas de habitação, numa constante possibilidade de atendimento às diferentes situações familiares do pessoal operário.” (*Habitat*, 1956, p. 7)

O SENTIDO ESTRATÉGICO DO CONCEITO DE ADAPTABILIDADE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

O clima cultural e político do Brasil nas três primeiras décadas do século 20, com seu forte componente nacionalista, não poderia deixar de atingir o debate arquitetônico do período. O nacionalismo, os interesses acerca do processo de constituição da nação e as investigações sobre sua identidade foram questões centrais no ambiente cultural das quatro primeiras décadas do século 20. Tal clima foi gestado lentamente nas lutas pela Independência e nos sentimentos antilusitanos dos dois séculos anteriores. Foi reforçado pelas preocupações acerca da identidade da jovem nação, dotada de grandes particularidades no cenário mundial: forte herança portuguesa, africana e indígena; intensa miscigenação; clima tropical; e país de grandes dimensões territoriais.

Em 1888, o escritor e crítico literário cearense Araripe Júnior, conciliando uma cultura filosófica determinista, na qual o conceito de meio era central, com um forte sentimento nacionalista, investigava as características do naturalismo brasileiro em termos da emergência de um estilo tropical. Sugeriu a existência de um fenômeno que chama de “obnubilação”, o qual provocaria adaptações e transformações nos indivíduos diante do contato com a paisagem, o clima e os modos de vida tropicais:

“(...) a reação do meio físico, a influência catalinica da terra, as depressões e modificações do clima tropical, a solidariedade imposta pelas condições da vida crioula com a flora, com a fauna, com a meteorologia da nova região, são outras tantas influências que estão a invadir sorrateiramente estrangeiros e brasileiros (...)” (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 124)

Para o autor, os efeitos desse meio sobre o homem e sua produção literária são profundos:

“Há horas do dia em que o brasileiro, ou o habitante de cidades como o Rio de Janeiro, é um homem envenenado pelo ambiente. A falta de tensão do oxigênio tortura-o desmesuradamente; sua respiração ofega, e a imaginação delira numa deliciosa insensatez equatorial. (...) O tropical não pode ser correto. A correção é fruto da paciência e dos países frios; nos países quentes, a atenção é intermitente.” (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 125-126).

Tais circunstâncias, para Araripe Júnior, aliadas ao “*pensamento de autonomia que ferve em todas as cabeças*” (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 128), seriam promissoras. Permitiriam que em uma sociedade que nasce, cresce e aparelha-se – em oposição a uma suposta decadência, cansaço e exaustão que identifica na Europa – fosse desenvolvido um estilo literário salutar e frutificante. Para o autor, esse “estilo tropical” – o qual teria sua maior expressão em Aluísio Azevedo, em cujas páginas se encontram audácias e “*todo o luxuriante tropicalismo*” (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 126) – seria resultado de uma junção da “obnubilação” com influências de Zola.

Essa tendência de valorização do nacional – em contraponto, sobretudo, ao europeu – teve prosseguimento no século 20, reforçada pelo contexto da Primeira Guerra. Conforme salienta Nicolau Sevckenko, na Europa desencadeou-se, no

primeiro pós-guerra, um movimento de valorização da natureza e de culturas primitivas, associado ao questionamento dos valores de uma civilização que tinha se conduzido aos horrores da guerra. No Brasil, esse sentimento reforçou atitudes nativistas, o interesse por nossas raízes e a valorização da cultura popular (SEVCENKO, 1992). Nesse contexto, a arquitetura colonial se torna objeto de grande interesse: pesquisas são empreendidas para melhor conhecê-la, enquanto suas qualidades são celebradas e tornam-se fonte de inspiração para a arquitetura neocolonial.

Embora associado ao clima nacionalista local e impulsionado pelo contexto do primeiro pós-guerra, o interesse pela arquitetura colonial também se vinculou a movimento mais amplo no campo da arquitetura a disseminar-se desde o século 19 em vários países do Ocidente. Na arquitetura a busca de raízes nacionais converteu-se, no século 19, em uma preocupação que, em países europeus, associou-se à difusão do neogótico e ao revival da arquitetura doméstica. Em países americanos associou-se à difusão do neocolonial. A partir da década de 1910 – sobretudo em países como Estados Unidos, Argentina, México e Peru – desenvolve-se uma arquitetura que revaloriza o colonial, em contraposição à influência européia neoclássica e eclética.

No Brasil, o neocolonial começa a difundir-se durante a Primeira Guerra Mundial, no âmbito de um movimento nacionalista que procurava expurgar nossa arquitetura das influências externas e buscar expressões genuinamente nacionais. Empenha-se na busca por uma expressão arquitetônica da identidade brasileira. Lança mão de várias estratégias nesse sentido. No âmbito do movimento neocolonial, empreendeu-se uma campanha intelectual com artigos e conferências de intelectuais como o médico José Marianno, o arquiteto e engenheiro português Ricardo Severo e o professor da ENBA, Araújo Vianna, na qual se enfatizavam as qualidades de nossa arquitetura colonial e lamentava-se sua descaracterização. Em 1914, Ricardo Severo investia contra inovações arquitetônicas do século 19, que qualificava de idade da moda e dos pastiches. Um grande esforço de caráter documental, visando criar parâmetros do estilo neocolonial foi realizado. Nesse esforço, situa-se a iniciativa de José Marianno ao patrocinar, em 1924, viagens de pesquisa a Nereu de Sampaio, Nestor de Figueiredo e Lucio Costa para cidades históricas de Minas Gerais, com a finalidade de realizarem registros de elementos da arquitetura colonial. Em seu empenho de estimular a consolidação de uma arquitetura brasileira inspirada na tradicional, influenciando o poder público e atraindo arquitetos, José Marianno promoveu, na década de 1920, concursos de projetos. Nesses concursos de casas, mobiliário e elementos arquitetônicos, interessava a tradução de formas e motivos do passado colonial para as necessidades contemporâneas.

O movimento neocolonial teve força no país, sobretudo na década de 1920, atraindo profissionais talentosos como Ângelo Bruhns, Lucio Costa e Victor Dubrugás; contando com a simpatia de intelectuais influentes como José Marianno e Monteiro Lobato (que o difundia por meio da *Revista do Brasil*); recebendo apoio de administradores públicos importantes, como o prefeito e depois governador de São Paulo, Washington Luís e o prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio. Também esteve presente em dois dos mais importantes eventos culturais do país na década: a Exposição do Centenário da Independência, realizada em 1922 no Rio de Janeiro, a qual inspirou seis das 14 edificações oficiais do governo brasileiro e o

pavilhão de Portugal e, em sua versão hispânica, os pavilhões do México e dos EUA; e a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, na qual a seção de arquitetura apresentou o projeto de Georg Przyrembel para uma residência de verão com projeto de inspiração neocolonial, a “Taperinha da Praia Grande”.

Lúcio Costa foi um dos principais expoentes do neocolonial no Brasil: foi contemplado com viagem de pesquisa para Minas Gerais, foi vencedor de concurso promovido por José Marianno e do concurso público para o Pavilhão do Brasil na Exposição de Filadélfia, e projetou várias casas neocoloniais até 1930.

Ao romper com o neocolonial, avaliava que o estilo teria sido positivo por despertar o interesse no passado, porém, prejudicial por se restringir ao aproveitamento ornamental da arquitetura colonial. Assim, situava o neocolonial como integrante de um ecletismo, o qual repudiava.

Como é comum ocorrer no campo da arquitetura, a nova opção projetual não se divorcia completamente do discurso já incorporado. Ao contrário, Lucio Costa recupera muito do discurso justificativo do neocolonial, como base de legitimação da arquitetura moderna brasileira. Desloca da neocolonial para a arquitetura moderna, a herança da boa tradição colonial. Argumenta que, ao voltar-se contra o ecletismo – no qual incluía o neocolonial – a arquitetura moderna retomava a funcionalidade que vinha da colônia e havia sido interrompida no século 19.

IMPACTOS DO CONCEITO DE ADAPTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

A noção de adaptabilidade da arquitetura ao meio no Brasil foi uma estratégia discursiva importante nos debates entre os adeptos do neocolonial e os da arquitetura moderna. A força da tese do resgate das qualidades amplamente propagandeadas da tradição colonial e, provavelmente, também uma crença genuína nessa tese, impossibilitaram descartá-la em nome de uma arquitetura que se pretendia estar acima de contingências locais, para refletir as demandas do mundo contemporâneo industrial e taylorizado.

Nesse contexto, enquanto alguns arquitetos simpatizantes do chamado estilo internacional – como Rino Levi e Warchavichik em seus artigos publicados em 1925 – adotam um discurso justificativo baseado nas idéias de eficiência, praticidade, economia e comodidade, Lucio Costa procura focar a arquitetura moderna sob um viés particular, situando-a como expressão de adaptação ao meio.

Tal discurso não só haveria de tornar-se hegemônico, como provavelmente teve influências na própria produção posterior de arquitetura. Seja como preocupação genuína, seja como forma de legitimar a ação projetual, julgamos que essa noção teve impactos profundos na prática de alguns dos mais eminentes arquitetos modernistas nacionais. Ao longo do século 20, o discurso da adaptação ao meio nunca perdeu sua força como norteador e legitimador de opções projetuais.

Deve-se ressaltar que esforços para produzir uma arquitetura moderna adequada às condições climáticas locais nem sempre estiveram articulados a essa estratégia discursiva. Há casos nos quais se anteciparam à difusão dos textos de Lucio Costa sobre o tema. Na década de 1930, por exemplo, os projetos de prédios

institucionais do arquiteto Luiz Nunes em Pernambuco fizeram amplo uso do combogó, compondo com o elemento extensas superfícies que funcionavam como *brises-soleil* e garantiam permanente ventilação dos interiores.

Paulatinamente, entretanto, o argumento da adaptabilidade da arquitetura ao meio foi recebendo ênfase no debate modernista. Entre nós, mais que a beleza das formas e o diálogo com a paisagem, a arquitetura se legitimou pela busca de soluções originais de expressão das condições locais, sejam elas climáticas, sejam socioeconômicas.

No Brasil, na segunda metade do século 20, dois caminhos básicos marcaram as posições da grande maioria dos arquitetos reconhecidos como relevantes na literatura especializada.

Um desses caminhos – o mais usual – seguia na busca de soluções inovadoras de adequação ao clima, como foi o caso da obra de Oswaldo Bratke no Amapá, de Armando Holanda em Pernambuco e de Severiano Porto no Amazonas, por exemplo.

Um segundo caminho – mais raro, mas igualmente valorizado – investe no uso de técnicas construtivas tradicionais de forma inovadora – como fez Lucio Costa em Monlevade e no hotel de Nova Friburgo e a equipe chefiada por Acácio Gil Borsoi em Cajueiro Seco – ou de soluções construtivas inovadoras por meio de meios técnicos disponíveis – como foi o caso da obra de Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre.

Um exemplo emblemático na busca de soluções inovadoras de adequação ao clima e às condições peculiares do local foram os projetos de Serra do Navio e Vila Amazonas, realizados a partir de 1955, pelo escritório do arquiteto Oswaldo Bratke. Vários autores – como Flávio e Marta Farah, José Fleury de Oliveira, Mônica Junqueira e Hugo Segawa – ao analisarem o plano urbanístico e os projetos arquitetônicos desses dois assentamentos para trabalhadores da Icomi, têm enfatizado as soluções empregadas visando favorecer ao conforto e adaptar-se à localização remota. Conforme Mônica Junqueira, trata-se de *“uma arquitetura que soube responder com extrema criatividade às circunstâncias de seu tempo e lugar, e que ocupa lugar privilegiado na trajetória do arquiteto, que é personagem fundamental da produção moderna brasileira...”* (CAMARGO, 2008, p. 3). Os dois núcleos residenciais foram dotados de moradias, alojamentos para solteiros, hotel, escola, igreja, cinema, clube, centro médico e local para comércio. As construções foram projetadas com paredes em blocos de concreto, telhas de fibrocimento e forros de madeira. Madeiras da região foram utilizadas em pisos, esquadrias e estruturas. A busca de adequação ao clima quente e úmido da região determinou uma série de soluções projetuais. Para proteger os usuários dos rigores do clima, galerias cobertas interligam os blocos de prédios de uso coletivo, nos quais elementos como combogós e amplos beirais foram fartamente empregados. O projeto das moradias – a chamada “casa ecológica” – obteve prêmios e sala especial na Oitava Bienal de São Paulo de 1965. Nelas promove-se ventilação cruzada e proteção dos interiores do calor e da umidade, pela orientação das construções e da localização das aberturas, do uso de amplos beirais, venezianas móveis ou fixas de madeira e elementos vazados, da criação de terraços e de paredes internas descoladas do teto e da abolição do uso de caixilhos de vidro.

Um exemplo de uso de forma inovadora de técnicas tradicionais foi a experiência conduzida pela equipe chefiada por Acácio Gil Borsoi em Cajueiro

Seco, no início da década de 1960, em Pernambuco. A partir de uma crítica à ação que vinha sendo realizada pela administração pública estadual, no campo da moradia popular, pelo “Serviço Social Contra o Mocambo”, no início do governo Arraes, foi decidido um redirecionamento dessa ação no chamado “Serviço Social do Mocambo”. Ao invés de persistir na prática de substituir mocambos por casas de alvenaria, cujos limites diante do número crescente de mocambos eram evidentes, optou-se pelo estímulo à autoconstrução em loteamentos urbanizados e dotados de equipamentos sociais. Cajueiro Seco foi uma experiência de aplicação dessa política, cuja continuidade foi interrompida pela deposição de Arraes, em 1964. Nessa experiência, uma população que havia invadido área tombada pelo Patrimônio Histórico foi deslocada para terreno próximo adquirido pelo estado. O plano de urbanização da área definiu superquadras e quadras, somando 763 lotes de 8 m x 16 m e local para comércio, equipamentos coletivos e unidades de produção. A equipe do Departamento de Construções do SSM elaborou o plano urbanístico, os projetos dos prédios de uso coletivo e normas e protótipos das casas a serem autoconstruídas, entre os quais um a utilizar estrutura pré-fabricada e taipa. A experiência de Cajueiro Seco converteu-se em um marco na ação pública no campo da moradia popular, ao abandonar os métodos tradicionais, ao se propor a tratar, simultaneamente, a questão da moradia e da geração de renda e ao buscar conciliar, na concepção e execução das casas, o saber especializado e o popular, a técnica tradicional da taipa e a estrutura pré-fabricada.

Na obra dos arquitetos do grupo chamado Arquitetura Nova – Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre – a adaptabilidade às condições locais foi conduzida pela busca de soluções que denunciassessem, exibissem e contornassem as deficiências técnicas, as dificuldades econômicas e as contradições sociais vinculadas à construção habitacional. Trata-se de uma arquitetura baseada em uma poética da economia, a assumir a “precariedade” dos materiais simples, das técnicas baratas e populares e da mão-de-obra pouco qualificada (ARANTES, 2002, p. 68-71). Na ausência de uma produção industrial em larga escala de componentes da construção, projetos de casas burguesas funcionam como laboratórios, nos quais técnicas tradicionais são aperfeiçoadas em soluções econômicas e inovadoras. O desprezo por acabamentos requintados é solidário com a busca de economia, com a intenção de reduzir a construção ao essencial e com o empenho em assumir a “precariedade”. Nesse caso, a intenção de adaptação ocorreu conciliando o projeto arquitetônico com técnicas populares reelaboradas e destituídas de acabamentos dispensáveis, resultando em arquitetura sóbria, a refletir a industrialização tardia e as carências materiais da população do país.

As fórmulas da mistura de materiais novos e tradicionais – como a taipa e o concreto armado em Monlevade – ou do emprego de uma solução original para contornar uma dificuldade técnica, decorrente do estágio de desenvolvimento de nossa indústria, têm revelado grande poder de sedução. Parecem trazer, para o campo da arquitetura, a arte do improvisado e o dom da criatividade, que alguns computam como parte da identidade nacional e, tantas vezes, são celebrados em nosso futebol. Enfim, parecem evidenciar a existência do tal “jeito brasileiro”, um modo de driblar impecilhos e superar adversidades técnicas, econômicas, sociais e ambientais. Um “jeito” que nos colocaria como herdeiros legítimos dos

portugueses dotados de rara plasticidade, os quais Freyre identificava como protagonistas do início da colonização. Enfim, um “jeito” de fazer e agir teria permitido ao país ter se constituído e teria deixado uma marca indelével, caracterizando o talento nacional em diversos campos de atividades.

É inegável o apelo que uma solução projetual original exerce sobre nós, quando é capaz de aparecer como expressão genuína de condições locais e, de uma forma peculiar, de driblar contingências desfavoráveis ambientais ou socioeconômicas. Entre nós, no campo da arquitetura, esse apelo parece ter sido sempre superior àquele derivado mais diretamente de características estéticas, decorrente das formas, do diálogo delas com a paisagem e com a técnica utilizada. A obra de Oscar Niemeyer – com sua ênfase plástica e suas soluções técnicas geralmente não-experimentais, pouco econômicas e pouco atentas às especificidades climáticas – foge a essa atitude e ao modelo de sucesso por ela consagrado. E isso talvez ajude a explicar um certo incômodo que provoca. Especialmente porque essa obra foi, durante a segunda metade do século 20, a face mais visível da arquitetura brasileira no exterior e para grande parte da população nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Araripe Júnior: Teoria, crítica e história literária* (seleção e apresentação de Alfredo Bosi). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/São Paulo/Edusp, 1978.
- BRATKE, Oswaldo Arthur. Núcleos habitacionais no Amapá. *Acrópole*, São Paulo, n. 326. p. 1-22, 1966.
- CAJUEIRO SECO, uma experiência em construção. *Arquitetura*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 8-13, 1963.
- CAMARGO, Mônica Junqueira de. *Princípios de arquitetura moderna na obra de Oswaldo Arthur Bratke*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CORREIA, Telma de Barros. O modernismo e o núcleo fabril: O anteprojeto de Lúcio Costa para Monlevade. In: VI SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2000, Natal. *Anais...* Natal: UFRJ, 2000.
- COSTA, Lúcio. Ante-projeto para a Villa de Monlevade. Memorial Descritivo. *Revista da Directoria de Engenharia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 1936.
- _____. Documentação necessária. *Documentação necessária*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, v. 1, 1962.
- _____. O Aleijadinho e a arquitetura tradicional. *Documentação necessária*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, v. 1, 1962.
- _____. Razões da nova arquitetura. *Documentação necessária*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, v. 1, 1962.
- _____. Uma escola viva de Belas-Artes. *Arquitetura moderna brasileira: Depoimento de uma geração*. São Paulo: Pini/Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura/Fundação Vilanova Artigas, 1987.
- _____. Universidade do Brasil. *Documentação necessária*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, v. 1, 1962.
- COUTINHO, Aluizio Bezerra Coutinho. *O problema da habitação higiênica nos países quentes em face da arquitetura viva*. Rio de Janeiro: Oficinas Alba Graphics, 1930.
- FARAH, Flavio; FARAH, Marta Ferreira Santos. *Vilas de mineração e de barragens no Brasil: Retrato de uma época*. São Paulo: IPT, 1993.

- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 26 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- _____. Casas de residência no Brasil. *Revista do Patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 26, 1997.
- KOURY, Ana Paula. *Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro*. São Paulo/Edusp/Fapesp, 2003.
- MARIANNO FILHO, José. A arquitetura mesológica. In: PRIMEIRO CONGRESSO DE HABITAÇÃO, 1931, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1931.
- MECÂNICA PESADA S. A. *Habitat*, Taubaté, n. 36, p. 2-11, 1956.
- MINDLIN, Henrique E. *Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed., 1999.
- MOTTA, Flávio. Subsídios para o relatório sobre ensino de arquitetura UIA-Unesco. *Sobre o ensino de arquitetura no Brasil*. São Paulo: Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, 1978.
- OLIVEIRA, J. L. Fleury de. *Amazônia: Proposta para uma ecoarquitetura*. 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde. Introdução bio-geográfica à civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- POLÍTICA SOCIAL DO MOCAMBO. *Arquitetura*, Rio de Janeiro, n 13, p 22-24, 1963.
- RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Vila Serra do Navio: Comunidade urbana na selva amazônica: Um projeto do arquiteto Oswaldo Arthur Bratke*. São Paulo: Pini, 1992.
- SAMPAIO, Alde. A casa tropical. *Boletim do Club de Engenharia de Pernambuco*, Recife, ano V, n. 2, v. III, p. 31-43, 1927.
- SEGAWA, Hugo; WISSENBACH, Vicente. *Oswaldo Arthur Bratke*. São Paulo: ProEditores, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Nota do Editor

Data de submissão: maio 2008

Aprovação: março 2009

Telma de Barros Correia

Arquiteta e urbanista, doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1995) e livre-docente pela Universidade de São Paulo (2004). Professora e pesquisadora no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, onde ministra disciplinas na área de teoria e história da arquitetura e do urbanismo e realiza pesquisas em história do urbanismo, da arquitetura, da habitação e da urbanização no Brasil, com ênfase na história das vilas operárias, núcleos fabris e conjuntos residenciais criados por empresas para seus empregados no Brasil, durante os séculos 19 e 20. Autora dos livros *Pedra: Plano e cotidiano operário na sertão* e *A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950*.

Avenida do Trabalhador São-carlense, 400

13566-590 – São Carlos, SP

(16) 3373-9311

tcorreia@sc.usp.br